

Revista Multidisciplinar

**DESINFORMAÇÃO, VERDADE E MORAL:
ENTRE AS CONTRADIÇÕES DO REBANHO**

Adenilson Cardoso dos Santos Rocha e Julio César Ribeiro dos Santos



<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42243930>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br



DESINFORMAÇÃO, VERDADE E MORAL: ENTRE AS CONTRADIÇÕES DO REBANHO

DISINFORMATION, TRUTH AND MORAL: AMONG THE CONSTRAINTS OF THE FLOCK

Adenilson Cardoso dos Santos Rocha¹
Julio César Ribeiro dos Santos²

Revista O Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.14548817
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14548817)

¹Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, formado em Letras Português/Inglês pelo Instituto Superior de Educação de Barretos ? ISEB em (2011) com bolsa integral Prouni; Pedagogia e Filosofia pela UNIMES; Artes pela UNAR e cursando Biologia pela UNIMES, pós-graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Soares de Oliveira ? Fiso em (2013) ; tem como interesse questões relativas a Linguística, GF - gramática funcional, GDF - gramática discursivo funcional e questões direcionadas à neuropsicologia. E-mail: adenilsoncard@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5370889365859604>

²Bacharel em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos com ênfase em Texto e Discurso (2012-2017), desenvolveu pesquisa a título de Iniciação Científica com fomento CNPq (PIBIC-CNPq) entre 2016-2017. Possui Mestrado (2017-2019) e Doutorado (2019-2023) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL-UFSCar), ambos com fomento CAPES. À luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso desenvolvidos por Norman Fairclough, sobre o qual tem investigado e proposto coengajamentos teóricos com a Semiótica da Canção e com os Estudos de Tradução, tem se dedicado à canção popular brasileira, mais especificamente a textos produzidos estilo sertanejo. É integrante do Grupo de Pesquisa LEETRA-CNPq desde 2015. E-mail: j.ribeiro90@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5388166555913162>

RESUMO

O tratamento da desinformação é, hoje, enfrentado por parte das plataformas de mediação, organizações midiáticas, sociedade civil e órgãos federais e estaduais (DIMAZIO; VALENTE, 2020). Para além das reconhecidas motivações perversas e, muitas vezes, efeitos nefastos atrelados a interesses de grupos que almejam hegemonia ideológica, política e financeira, percorreremos a problemática, em tom ensaístico, com Foucault (1996) e sua noção de ordem do discurso, mais especificamente o conceito “vontade de verdade”. Em seguida, com Nietzsche (1998; 2015), entendemos que para além da interdependência com o poder, a verdade é ladeada com os valores nobres da moral escrava, assegurando-a de maneira niilista por ser desprezadora dos processos e estar a serviço da coesão da vida do homem do rebanho.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; Desinformação; Verdade.

ABSTRACT

The treatment of disinformation is today faced by mediation platforms, media organizations, civil society and federal and state bodies (DIMAZIO; VALENTE, 2020). In addition to the recognized perverse and often harmful effects linked to the interests of groups that aspire to ideological hegemony, with Foucault (1996) we will go through the notion of discourse order, more specifically the concept of “truth will”. Then, with Nietzsche (1998; 2015), we understand that in addition to the interdependence with power, the truth is flanked by the noble values of slave morality, ensuring, in a nihilistic way, for being contemptuous of the processes, the life of the man of the world flock.

KEYWORDS: Discourse analysis; Disinformation Truth.

DESENVOLVIMENTO

Notícias falsas, desinformação, capitalismo de vigilância. Termos novos que formulam discursivamente a atualização de estratégias que integram os dispositivos de poder que nos assola na condição de humanidade, seja na esfera institucional, seja na esfera privada. As iscas de clique tornaram-se populares com o crescente número de usuários da internet (seja domiciliar, seja via smartphone) bem como a amplitude de entretenimento que lhe é ofertada digitalmente. Ousaremos dizer que a internet é coextensiva à televisão e ao telefone.

A desinformação, que atribui àquele a quem compartilhou o papel de fiador, um propulsor sinérgico, tem repercussões, às vezes, globais, como a eleição de um presidente ou a permanência de um país num bloco econômico, ora nefastas, como a adesão ou rejeição das massas a uma vacina em meio a uma pandemia. Imprensa e ciência, instituições sólidas as quais são desacreditadas. Ora, o leitor dirá, “a imprensa é tendenciosa”, “os cientistas só falam com pares”.

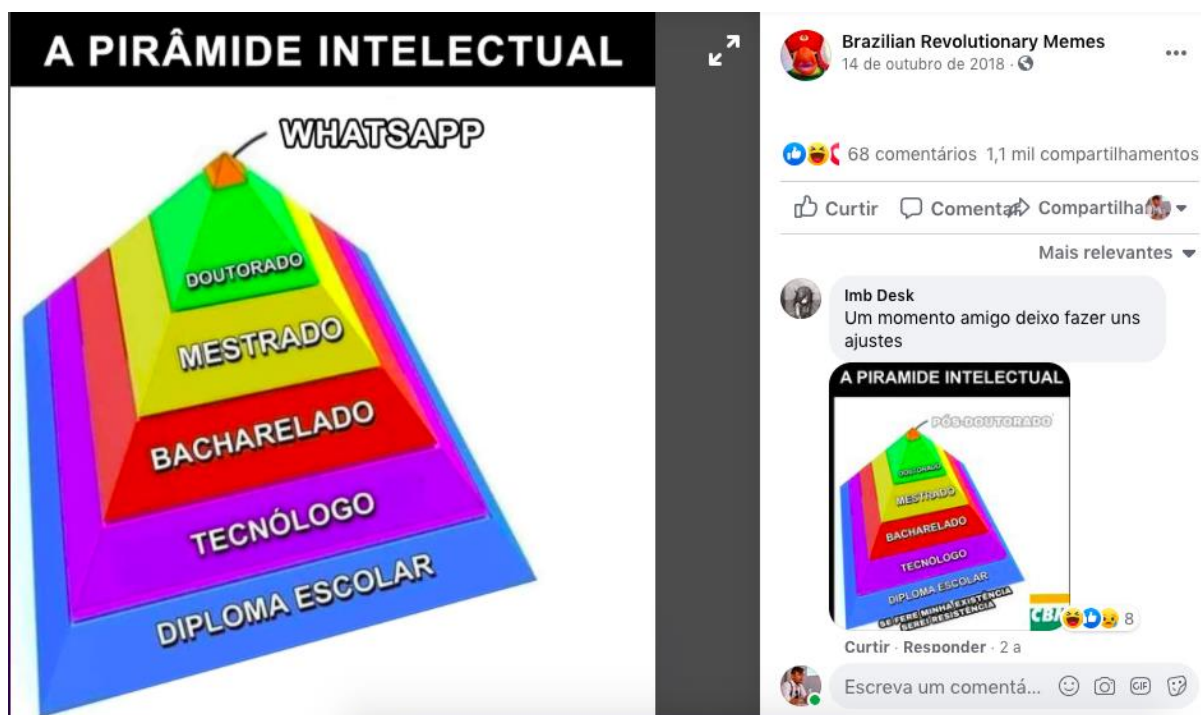
Talvez sejam bons argumentos, mas fracos para invalidar a necessidade de curadoria jornalística profissional – aquela que contesta os fatos e exerce a difícil e nobre missão de analisar, acariciar, ouvir as partes e redigir de modo tão imparcial quanto possível – e a amplitude de divulgação científica responsável. Atualmente, o problema enfrentado por parte das plataformas, organizações de mídia e sociedade civil, governo e órgãos estaduais e organismos internacionais (DIMAZIO; VALENTE, 2018), tornando-se igualmente um grande desafio a nós, linguistas e analistas do discurso.

Nas linhas que seguem, percorreremos algumas das estratégias e consequências da desinformação e como o capitalismo de vigilância impacta a sociedade de maneira criminosa por violar de dados da comunidade civil e a serviço da propagação de desinformação, notícias falsas e anúncios em boa parte fraudulentos. Em seguida, discorreremos sobre o problema da verdade do ponto de vista discursivo à luz de *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996) e, de uma perspectiva moral, com Nietzsche (1999; 2015).

1. A era da (des)informação

Consideremos a imagem a seguir, postada no perfil *Brazilian Revolutionary Memes* na plataforma de rede social Facebook aos 14 de outubro de 2018:

Imagem 1. A pirâmide intelectual



Fonte: Facebook

Alguns fatos chamam-nos atenção. O primeiro deles é o gênero discursivo ao qual o texto sincrético insere-se e constitui-se como uma prática social. Bakhtin (2004), ao tomar os gêneros do discurso como “cintos-de-segurança” da sociedade deixa-nos pistas de que a emergência de um gênero do discurso é sempre correlata a alguma mudança nas estruturas sociais. Sumariamente (e para ser fiel ao pensamento do círculo bakhtiniano), entendemos os gêneros do discurso dotados de um *tema*, de um *estilo* e de uma *estrutura composicional* relativamente estáveis associados a uma prática socialmente ratificada. Os *memes* são dotados de uma particularidade no que diz respeito à sua distribuição – ao contrário das charges ou das tirinhas, são distribuídos exclusivamente no meio digital *online*. São textos curtos, ambivalentes e que têm por intenção a produção do riso baseado

em uma crítica – no sentido marxista de “construção-desconstrução”, à qual se soma o exagero, como em quaisquer textos vocacionados para o humor.

Este texto não foi, em princípio, inserido a nenhum suporte institucional jornalístico ou governamental, mas em uma plataforma de mediação muito popular chamada Facebook, fundada em 2004 com o objetivo de aproximar estudantes de um *campus* universitário e que, atualmente, por permitir, incentivar e favorecer a aproximação entre iguais por meio dos rastros digitais que deixamos, enseja a formação de grandes bolhas ideológicas na tônica da polarização. Na contramão dos textos institucionais, boa parte daquilo que se circula nessas plataformas é, antes, desprovido de curadoria profissional. De outro modo, tem-se o

efeito de um espaço mais amplo e democrático para a exposição das ideias catalisado pela sensação de se estar incólume às sanções nas instâncias jurídicas.

O efeito derrisório desse texto se dá por inserir, no topo da *Pirâmide do conhecimento*, o WhatsApp (demarcado em laranja). Notemos que esta pirâmide é estruturada na hierarquia acadêmica brasileira, partindo do diploma escolar – aqui o ensino médio se torna pressuposto por ser pré-requisito ao ingresso no nível superior em cursos de graduação – e chegando ao nível de doutorado. Cumpre notar que, atualmente, podemos desenvolver pesquisas a título de pós-doutoramento, mas o pós-doutorado ele mesmo não é um título. No entanto, o autor em tom crítico destaca o WhatsApp, plataforma pertencente ao grupo Facebook destinada à comunicação por mensagens e chamadas (áudio e/ou vídeo) a qual por sua vez também aproxima iguais, legitimando opiniões muitas vezes embasadas no saber espontâneo as quais, em boa parte inadvertidamente, contribuem com a ampla rede desinformação orquestrada ou notícias falsas dos teores os mais diversos.

O *meme*, portanto, formula de modo sincrético que as pessoas, de modo geral, estão confiando mais naquilo que se diz no WhatsApp do que naquilo que a ciência (representada pelos acadêmicos) diz. Ora, o que se diz no WhatsApp? Quais os poderes e perigos que um simples “encaminhamento” de mensagem ou “compartilhamento” de uma notícia trazem consigo? Quais instâncias institucionais atuam a serviço da produção da desinformação e quais os interesses que as move?

1.2 Os efeitos perversos dos rastros digitais

Ainda que cause estranhamento, não nos é novidade que confessamos. Foucault (2016) diz-nos que o regime de governo pastoral é incorporado pelas estruturas do Estado, mais especificamente pelos dispositivos de biopoder: um pastor deve cuidar de todo o rebanho, mas também de cada ovelha singularmente. Se outrora confessávamos ao pároco, passamos a confessar ao médico. Conquanto isso ainda nos assuste, atualmente confessamos a cada clique: onde estou, com quem me relaciono, o que busco, o teor de minhas conversas, o que almejo, as minhas preferências políticas. Tudo isso é confessado e armazenado na rede. A indústria, por meio da cultura do capitalismo de vigilância, é capaz, então, de “adivinhar o que estou pensando” na oferta de bens de consumo e entretenimento.

O que parece ser, em princípio, um facilitador, comporta em si um efeito perverso. A

sociologia (cf. Bourdieu, 1992; Corbin *apud* Piovezani, 2020) mostra-nos que os nossos sentidos (a lembrar: tato, olfato, paladar, visão e faro) são constituídos sócio-histórico-discursivamente por meio das práticas sociais. Hoje, entretanto, encontramos um catalisador dessas práticas com o qual somos, antes, coniventes, i.e., aceitamos os “acordos de privacidade”. Com isso, é-nos dado, por meio de dados, aquilo em que devemos crer e aquilo em que devemos desconfiar.

É o que nos mostra o documentário *Privacidade hackeada* (2019), veiculado na plataforma de mediação Netflix. Exibido no festival de Sundance no início da corrida pela Casa Branca, a película trata de uma delação de Brittany Kaiser, ex-diretora de desenvolvimento da empresa Cambridge Analytical, cujo teor é escancarar aquilo que há de mais perverso na violação de direitos de sigilo a serviço da produção de desinformação com vistas a aclamar a opinião pública. Mais de 240 milhões de pessoas, estima-se, tiveram seus dados violados com o objetivo de favorecer a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia (UE). Segundo Brittany, o traçado político de alguns países da América Latina, dentre os quais o Brasil, seria alvo dos efeitos do capitalismo de vigilância.

Não nos cabe, neste artigo, discutir as minúcias dos efeitos perversos das estratégias adotadas, sobremaneira, por governos reacionários e conservadores. O nosso objetivo, mais abstrato e de outra perspectiva, restringe-nos a dois pilares de sustentação da artimanha milionária e poderosa: o primeiro deles é a *verdade*. O segundo, intimamente ligado com o primeiro, diz respeito à moral.

2. Ecos de Michel Foucault

Todos os seres vivos têm linguagem. As abelhas, a título de exemplo, têm uma forma de codificação, produção e codificação dos sentidos por meio da dança em uma codificação simples – i.e., as abelhas não são capazes de realizar o chamado discurso indireto livre (JAKOBSON, 2010). Em todas as suas funções, a linguagem humana é constituída de signos complexos (e.g. podemos ironizar) de forma muito produtiva, já que, por meio de um conjunto limitado de sons, podemos produzir uma quantidade finita mas incontável de mensagens. Conseguimos também, ao contrário das abelhas, projetar o futuro e falar do passado – disso se depreende uma capacidade de memória e transmissão de memórias.

Na Grécia antiga, erige-se a retórica. Cidadãos nobres, do sexo masculino, eram detentores do direito de dominar o discurso e, por meio da

argumentação – já que se tratava de uma sociedade civilizada – o poder. Havia-se, também, a *poiesis*, a arte dos mundos possíveis. Desse modo, aos retores era incumbido o tratamento da política e da realidade e aos poetas o tratamento dos mundos possíveis. O poder das palavras e o poder dos discursos exerce uma forma de controle. As sociedades desenvolvem diferentes estratégias e táticas para controlar o discurso passíveis de deslocamentos no curso histórico.

As táticas remetem ao âmbito do privado (e.g. regras de polidez, boas maneiras) apreendidas o uso social do discurso. Já as estratégias remetem ao uso dos discursos nas esferas públicas, uma vez que público e privado são diferidos em suas organização e formalização. Ao contrário das táticas, as estratégias são institucionalmente apreendidas e formalmente ensinadas (e.g. uma petição judicial, uma oração, um artigo acadêmico).

A retórica confunde-se com o nascimento da democracia grega como estratégia de persuasão. A linguagem, a depender de seu uso, é um remédio, um cosmético ou um veneno. No âmbito da retórica é que encontramos a sistematização das estratégias. Para os gregos, o discurso é a produção de um fluxo de uma determinada ideia (*inventio, despotio, elocutio, actio* e *memorium*) com o objetivo de convencer por orientação tensiva de *ethos*, *logos* e *pathos*. O que Foucault (1996) denomina *Ordem do discurso* diz respeito ao fato de quem “não pode quem quer que seja dizer sempre o que quer que seja” (p.18), i.e., ninguém, no limite, é livre para falar.

2.1 A propósito d’A ordem do discurso (FOUCAULT, 1996)

Grande conhecedor dos gêneros (que também é um procedimento de controle), Foucault inicia com um “protocolo de abertura”, no qual expressa o desejo de se colocar fora da ordem do discurso

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma vez sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encandeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo. E, em vez de ser aquele a quem pertence o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, 1996, p.6 marcas nossas)

O desejo de Foucault é o de se colocar fora da ordem do discurso. Mas, diante da reconhecida impossibilidade, vem a frustração: toda vez que tomo a palavra, eu entro nessa ordem do discurso. Logo depois que ele pergunta “onde

está o perigo?”, uma pergunta retórica do ponto de vista do coenunciador, na qual o autor atenta para um fenômeno importante já percebido pela retórica. Foucault trata dos procedimentos de seleção, distribuição, organização controle do discurso (as estratégias): todas as sociedades têm procedimentos de controlar os discursos, esquivar seu acaso e sua materialidade -- ou, simplesmente, negar o acaso, como veremos a seguir. Estes procedimentos podem ser internos (os quais pertencem ao próprio discurso) e externos (realizados por instâncias sociais). Onde está o perigo de falar? Por que conjurar os sujeitos e os discursos?

Esquemáticamente, a “polícia discursiva” atua por: (a) procedimentos externos (institucionais, exteriores ao dizer), subdivididos em i. Interdição (tabu do objeto, ritual de circunstância e direito privilegiado ou exclusivo de quem fala, ii. Ritual de circunstância; e iii. Vontade de verdade; e (b) Procedimentos internos (i.e., interiores ao discurso), manifestados em i. Rarefação dos discursos (comentário, autor e disciplinas) e ii. Rarefação dos sujeitos falantes (ritual da palavra, sociedades de discurso, doutrinas e apropriação social dos discursos). A seguir, discutiremos sumariamente sobre cada uma dessas categorias.

2.2 A propósito dos procedimentos externos

Em nossa sociedade, são muitos os temas interditados, os ditos tabus, dentre os quais ocupam posição de destaque aqueles atinentes à sexualidade (desejo) e à política (poder). Tão mais interdito os temas, menos damos conta de sua interdição. No que tange à política, a fala pública oscila entre a interdição e não-interdição (i.e., momentos em que o decoro é cumprido e momentos em que não o é). O político e o anti-político (adesão ou não as interdições) diz respeito a uma estratégia para dissimular, ou seja, produzir o efeito de sentido de que não se é político.

Em *A história da loucura na idade clássica* (FOUCAULT, 1978), temos um minucioso estudo dedicado ao momento em que não se havia distinção entre loucura e razão, passando, em seguida, pela partilha e chega até o enclausuramento. O filósofo nos mostra como exemplo *A nau dos insensatos*, em que se verifica uma mudança no regime da partilha entre razão e loucura: os loucos são separados e depois rejeitados. Mesmo após a constituição da psiquiatria (séc. XIX) e a medicalização do louco, a voz do louco só pode ser ouvido pela voz da razão. A propósito da partilha da loucura, que fale o filósofo:

Prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar esta vontade de verdade e

realocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (FOUCAULT, 1996, p. 20).

Antes de abordarmos a “vontade de verdade”, é importante destacarmos que: (a) não se trata de uma vontade individual (Kantismo); (b) categoria remete à Nietzsche (vontade de potência): não conseguimos ver quem a construiu, tangê-la, mas é ela quem nos revela o verdadeiro e falso; (c) em fina sintonia com o filósofo alemão, a vontade de verdade trata-se de uma potência; (d) Subsume a interdição e a partilha: está em todos os lugares, coloca-nos no interior do verdadeiro de uma época.

Estar no verdadeiro é estar no verdadeiro de um momento. O que é estar no verdadeiro em um tempo? Lembremo-nos de que a vontade de verdade subsume a interdição e a partilha da loucura. Quem não está no verdadeiro, será separado. A vontade de verdade se torna invisível, produzindo o efeito de que a vontade de verdade é a verdade. As mudanças nos saberes implicam mudanças na vontade de verdade. Cumpre notar, desta perspectiva, que as verdades são históricas, um processo, um desenvolvimento sem o qual se torna crença (e.g. na oposição entre a crença religiosa e suas verdades absolutas e a verdade científica em desenvolvimento). Em fina sintonia, podemos também pensar a relação da verdade com a política da verdade, na relação entre a verdade e o poder, em que o discurso é objeto da luta e meio pelo qual se luta.

Percorramos a seguir os procedimentos internos, compreendidos, *grosso modo*, como hemostasia discursiva, i.e., quando a regulação da ordem do discurso se faz por estruturas que lhes são intrínsecas.

2.3 A propósito dos procedimentos internos

Em nossas sociedades, cada campo social se depara com textos que remanescem. De uma perspectiva macro, temos os textos sagrados; em um campo mais restrito – a título de exemplo, a linguística – temos o célebre Curso de Linguística Geral (SAUSSURE, 2006), dentre outros. Chama-se atenção para um mecanismo cultural que retoma textos anteriores e implicam o apagamento de textos “novos”: e não passamos incólumes -- por que estamos retomando Michel Foucault ele mesmo? Trata-se de um cânone. Cumpre notar que: (a) a cada vez que o texto volta, ele é outro; (b) O novo não está no que é dito, mas no acontecimento à sua volta.

A figura do autor é um elemento importantíssimo para a constituição dos discursos. Roger Chartier (1992) mostra-nos como a figura do autor é construída historicamente — ausente até o

séc. XVI. Com a indústria do livro, emerge o autor, sobre o qual emerge: a) a responsabilidade sobre o dizer; b) o direito sobre a obra. O autor rarefaz o discurso pois, ao depararmos com o nome do autor, já somos conduzidos a uma forma de interpretar. Desfaçamos, de antemão, um mal-entendido: para os estudos discursivos que se servem de Michel Foucault, a figura do autor não se confunde com a figura do sujeito empírico – o sujeito é uma função a ser preenchida pelo enunciado (FOUCAULT, 2008).

Toda disciplina organiza os saberes, organiza os autores (e.g. alguns autores pertencem ao cânone, outros não). Podemos admitir alguma similaridade com a “disciplina escolar”, em que certos conteúdos e bibliografia são mais valorizados em detrimento de outros. Vejamos, a seguir, o que diz respeito à rarefação dos sujeitos falantes.

Se os exames institucionais e leis de esferas as mais diversas (LDB, PCNs etc.) determinam o que deve ser ensinado em sala de aula, no âmbito do controle interno de um discurso por meio de disciplinas (o que deve ser dito), existem também procedimentos internos que determinam quem pode falar, quando pode falar. Algumas circunstâncias são mais ritualizadas que outras (e.g. o tribunal do júri, em que o próprio espaço faz parte desta ritualização) e a configuração do espaço pode fazer parte do ritual da palavra (como tomar a palavra, em que momento, pronomes de tratamento etc.).

As sociedades de discurso dizem respeito a organizações reclusas socialmente constituídas nas quais se conservam um dizer. Atualmente, Henri Jenkins (2008) chama de convergência o fato de vivermos a nossa vida por meio de plataformas, por meio de transmídias. Discorre-se sobre as comunidades de fã, as quais podem ser tomadas como sociedades de discurso: pessoas que se organizam em torno de seus interesses. Para se compreender, é preciso pertencer à sociedade de discurso. Como Foucault (1996) diz, existe uma tendência ao fechamento.

Ao contrário do fechamento das sociedades de discurso, as doutrinas tendem-se a abrirem-se. É preciso compartilhar não só o saber, mas a crença, a fé. Se não comungado, este saber (esta crença, esta fé), exclui à doutrina. Neste caso, lidamos com dupla sujeição: (a) dos sujeitos ao discurso; (b) dos discursos aos sujeitos. Ao mesmo tempo em que se fecha a um dogma, tendência-se à abertura. Dentro de uma doutrina, tenho de dizer certas coisas e crer em certas coisas. Daí a rarefação dos sujeitos.

Os discursos são apropriados por instâncias e instituições sociais, as quais os conservam, mantêm ou subvertem-no. A título de

(FOUCAULT, 1996, p. 15)

exemplo, todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que trazem consigo (FOUCAULT, 1996). Em *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, Foucault (1987) mostra-nos que há um certo momento (XVII-XVIII) as sociedades apropriam-se de discursos jurídicos e também científico (e.g. medicina) com vistas a desenvolver instituições cujo objetivo é a separação dos sujeitos: escola é uma instituição que promove separações (quem fracassará, quem não o fará), a prisão separa o delinquente do não-delinquente, o manicômio separa o são do louco. Em um lugar e outro, vê-se, na sistematização, a apropriação dos saberes considerados verdadeiros em determinada época (apropriação dos discursos e dos sentidos).

Aplicando brevemente as categorias encontradas em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996) à produção fílmica *Privacidade hackeada* (2019), encontraríamos, pelos procedimentos internos e suas mobilizações, a retomada do posicionamento anti-fraude, o pressuposto de política fraudulenta, um ritual muito bem definido da palavra e duas vias de apropriação social do discurso: (a) do discurso jurídico-político pela indústria do entretenimento; (b) de modo menos definido, a maneira como tal produção e o discurso que veicula pode ser apropriada por ambientes institucionais como a educação. Brittany Kaiser, por sua argumentação coesa e por sua retórica, mas também por dizer institucionalmente (uma delação) com seus rituais específicos de circunstância, os quais envolvem provas e penas, parece estar no verdadeiro, dizer a verdade – é este o entendimento da justiça.

A questão sumariamente parece se revolver. No entanto, para estarmos nos colocarmos mais à altura do problema, perguntamos: por que, em nossa sociedade, a verdade importa?

3. Notas sobre a verdade

Com Foucault (1996), aprendemos que a verdade é eminentemente institucional, conjunto de procedimentos da ordem do discurso. O saber, a verdade, é condicionado pelo poder:

[...] a verdade a mais elevada não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou o dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, da enunciação, para o próprio enunciado: para o seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência. Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro do discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício de poder. O sofista é enxotado.

Em *Verdade e poder* (FOUCAULT, 2017), o filósofo apresenta-nos uma economia da verdade, esquematicamente posta em cinco critérios:

- A verdade centra-se na forma de um discurso científico e nas instituições que o produzem;
- A verdade está submetida a uma constante incitação econômica e política – necessita-se da verdade tanto para a produção econômica quanto para a manutenção do poder político;
- É objeto de ampla difusão e consumo, circulando nos aparelhos de educação, informação etc., cuja extensão no corpo social é relativamente grande conquanto encontre algumas limitações rigorosas;
- É produzida e transmitida sobre o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); e
- É objeto de poder político e luta social (as lutas ideológicas).

Estes pontos delimitados por M. Foucault (2017) favorecem a nossa compreensão do estatuto atual – e ainda vigente – da verdade e seu poder. Mas o que seria, então, essa vontade de verdade? Por que ela orienta o “dizer proibido” e a “segregação da loucura”?

Estar alinhado à vontade de verdade é estar no verdadeiro. Não se trata de uma propriedade exclusiva do fenômeno, do ente, do dito; mas de um reconhecimento ou legitimação que lhe é exterior – um acontecimento discursivo. É à instituição que respondemos, que nos julga, a quem confessamos e de quem esperamos reconhecimento. Por instituição, mostram os desdobramentos da análise do discurso, não reconhecer sujeitos empíricos, mas sujeitos discursivos com seus enunciados e inseridos em determinada formação discursiva na manutenção das estruturas que sustentam o meio social.

O termo “vontade” remete ao filósofo Arthur Schopenhauer, a quem, na condição de conceito, tinha referentes impulsos desordenados e verdadeiramente caóticos os quais moviam os seres. Em Nietzsche, filósofo a quem Foucault tece amplas referências, explícitas ou implícitas, encontradas em entrevistas ou livros, a “vontade” ganha um refinamento: vontade de potência.

3.1 Vontade de potência, vontade de verdade

Não nos convém a exegese da terminologia de Nietzsche[2], conhecido por seus conceitos elementares e bastante polêmicos, seja pela profundidade, seja por desterritorializar o sacralizado, promover deslocamentos no então estável, tais como “A morte de Deus”, “Super-homem” (ou além-do-homem). Para o filósofo, o mundo é contemplado como vontade de potência.

No plano de imanência, existem forças e “toda forma é um conjunto de forças” (DELEUZE, 2013). Tais forças, todas em relação, admitem dois caracteres elementares: (a) serem *ativas* e conterem os impulsos de criação/afirmação; (b) serem *reativas* e, na contramão das primeiras, conterem o impulso de negar e conservar. Segundo Deleuze (2018), a vontade de potência é o elemento diferencial e genético, o instrumento que interpreta e avalia as forças em jogo.

Nada é puramente ativo ou puramente reativo: há sempre correlação, articulação. A vontade de potência é concebida como elemento diferencial por avaliar a quantidade das forças em relação, discernindo-as entre forças dominantes (forças “que mandam”) e forças dominadas (forças “que obedecem”). É também o elemento genético, no ponto em que avalia se tais forças em conjugação são ativas ou reativas, querem criação ou conservação. Vale salientar, da perspectiva de Deleuze (2018) que valor e sentido não se deixam absorver pelo ponto de vista.

Da categoria epistemológica vontade de potência, podem-se extrair consequências. Por avaliar e interpretar a relação de forças: (i) ou se afirma o acaso, se “joga” com as vicissitudes do vir a ser; (ii) tem-se o niilismo, a negação, em sua manifestação negativa, reativa ou passiva. Ora, o que teria a ver “vontade de potência”, encontrada na bibliografia do filósofo F. Nietzsche, com “vontade de verdade” de que nos fala Foucault em *A ordem do discurso* (1996)?

A nosso ver, os termos se alinham (i.e., não querem dizer a mesma coisa) no sentido de a vontade ser uma válvula propulsora, seja da potência (negar ou afirmar), seja de a verdade (estar no verdadeiro, estar no falso). As vontades de verdade, históricas e discursivas, como bem assevera Foucault (1996) não se perpetuam, i.e., são constituídas por fenômenos invisíveis e indizíveis mas que produzem o dito e o visto e tais forças têm, no cerne, a vontade.

3.2 Uma questão moral

Vejamos o verbete “moral” contido no Dicionário de Filosofia (DUROZOI; ROUSSEL, 1993, pp.329-330): “Conjunto de regras ou conjuntos próprios a uma época, cultura ou consideradas como universalmente válidas. Teoria de bem ou mal da qual resultam enunciados normativos”. Apartadas as questões discursivas e limitações próprias às seções comuns às definições dicionarísticas, temos, na moral, em termos de paráfrase, uma certa noção de bem e mal, certo e errado, arbitrária, convencional e inquestionável.

Seja por efeito de seu trabalho como filólogo na Basileia a partir de um *corpus* de textos filosóficos do período pré-socrático, Nietzsche inquieta-se, desde seus primeiros escritos, com o valor dos valores, a origem dos valores e o valor das origens. A questão toma forma plena, madura, sistemática e sistematizada no livro *A genealogia da moral*.

Para Nietzsche, cunhamos toda a nossa tábua de valores calcada no pensamento de Sócrates, Platão e, também, do cristianismo, este, para ele, um tipo de platonismo direcionado às massas. É nessa matriz hegemônica de pensamento que se erige a necessidade de uma verdade metafísica que nos afaste do acaso, do vir a ser, do lance de dados, das injunções transcendentais às nossas vontades, em um paraíso, e que nos faz obedecer a um Deus transcendente – este que morre de piedade.

Legamos do pensamento do sacerdote cristão uma crucial inversão de valores entre o bom e o mau com consequências impactantes nos valores bem e mal. O cavalheiro aristocrático, nobre, forte e que não precisa de verdades metafísicas, é considerado mau e seu oposto, o sacerdote cristão, enfraquecido e fraco, carente de um plano de divindade, é considerado bom. Perseguição aos judeus, apoio aos cristãos. Inversão dos valores: o escravo (cristão) passa a ser nobre e com eles os seus valores. Um crucifixo na parede de um ambiente institucional num estado laico faz-nos lembrar a culpa.

Nietzsche era um aristocrata (GIACÓIA Jr., 2008) e absolutamente refratário à democracia da universalização ou equivalências. Para ele, uma vez sendo o nosso fardo obedecer, que obedecemos os mais fortes, os nobres da moral nobre (e não os nobres da moral escrava). Há, em Nietzsche, um contrariedade à igualação, o que o torna crítico e imparcial contra o regime político e também científico de seu tempo.

Para o pensamento nietzscheano, a verdade é apenas uma perspectiva ou adequação – nesse sentido, quanto mais “verdades” obtivermos sobre o ente, mais saberemos sobre ele. Das

falsificações a metafísica não passa incólume, i.e., uma visão redutora, simplificada sobre a qual se edifica também a ciência. A título de exemplo, recorramos a *Além do bem e do mal* (NIETZSCHE, 2017:

Que simplificação, que falso ponto de vista o homem põe em sua vida! Não há como não ficar muito surpreso ao abrir os olhos diante dessa maravilha! Como tornamos tudo claro, livre e fácil em torno de nós! Como sabemos dar a nossos sentidos livre acesso a tudo que é superficial, a nosso espírito um elã divino para travessuras e paralogismos! Como, desde o início, soubemos conservar nossa ignorância para desfrutar de uma liberdade apenas compreensível, para desfrutar da falta de escrúpulos, da imprevidência, da bravura e da serenidade, para desfrutar da vida! **É unicamente sobre essas bases, desde então sólidas e inabaláveis, da ignorância, que a ciência pôde se edificar até o presente, a vontade de saber na base de uma base muito mais poderosa ainda, a vontade de ignorância, de incerteza, da mentira.** Não como seu contrário, mas como seu refinamento. A linguagem (...) tem que arrastar consigo toda sua torpeza e continuar falando de oposições quando se trata de matizes e sutis gradações; a hipocrisia da moral, essa hipocrisia que agora se misturou para sempre com nossa carne e nosso sangue, pode muito bem fazer voltar as palavras à boca, mas só a nós sensatos. **Seja como for, nos damos conta de vez em quando, não sem rir, que é precisamente a melhor das ciências que pretende nos reter o melhor neste mundo simplificado, absolutamente artificial,** neste mundo imaginado e falsificado que tem nolens volens [querendo ou não] essa ciência que ama o erro, porque ela ama também, a vivente, ama a vida. (NIETZSCHE, 2017, pp.39-40 destaques nossos)

Em outros textos, como *Humano, demasiado humano*, que antecede *Além do bem e do mal*, vemos um Nietzsche simpaticamente às ciências, sobretudo às biológicas e à química de seu tempo. Disso, podemos considerar que o filósofo entenda como uma vida forte aquela vida que o vivente se sirva do devir, do plano de imanência para extrair o seu próprio alimento sem negar a terra a uma instância divina transcendental, ou lhe delegar a responsabilidade pelos acontecimentos.

Até agora, esperamos que alguns posicionamentos defendidos neste artigo tenham ficado claro:

1. Na política da verdade o foco é, em última instância, o poder;
2. A vontade de verdade (estar no verdadeiro) é social, histórica e discursiva, portanto mutável em função dos enunciados incluídos ou excluídos os quais pretendem gozar do estatuto de verdadeiro.;
3. As vontades de verdade são interdependentes das relações de poder; e

4. A verdade é sempre reativa por buscar conservação e almejar exorcizar o acaso.

Vejamos, a seguir, como esse impulso de conservação é tratado por Deleuze (2018) ao comentar.

3.3 Verdade, conservação e moral

Nietzsche apresenta-nos bons argumentos para crer no triunfo das forças reativas como algo essencial no homem e na história, como tradição, perpetuação e encaminhamentos os quais nos afastam de sua concepção de Super-homem, de quem nós seríamos inferiores tal qual o macaco, geneticamente, nos é. Não conseguimos nos libertar do ressentimento (não re-agimos), da má consciência e do niilismo em suas mais diversas manifestações. No entanto, parecemos comportar, em nossa história, devires ativos.

Nessa direção, Deleuze (2018) nos mostra maior profundidade em nossa constituição. Somos produtos de devires de forças cuja condição é sempre a existência de uma força contrária. Ainda que defendamos o forte do fraco, como propõe Nietzsche, não se pode defender o forte do devir fraco que lhe é constitutivo. O homem superior, aquele entre nós e o super –homem, é ativo e reativo, em cujas proporções das forças ativas é proeminente. No entanto, o *seu* objetivo fracassa em virtude daquilo que ele tem como objetivo (mesmo quando atingido, seu objetivo é fracassado), por isso se está a distante de tornar-se superior.

Nietzsche quer dizer que a **atividade genérica** do homem ou da cultura **só existe como o termo suposto do devir-reativo** (...). É nesse sentido que os dois aspectos do homem superior se conciliam: o homem reativo como expressão sublimada ou divinizada das forças reativas, **o homem ativo como produto essencialmente fracassado de uma atividade que fracassa em seu objetivo.** Entre o além-do-homem e o homem superior, a diferença é de natureza, tanto na instância que os produz respectivamente como no objetivo que eles atingem. (DELEUZE, 2018, pp. 214-215 destaques nossos)

A atividade genérica, o objetivo e o produto fracassam porque, segundo Deleuze (2018), as forças reativas aliaram-se devidamente ao que lhes conduz à vitória (a potencia de negar, o niilismo, o negativo) que amputam a adestração de forças reativas para torná-las ativas: “separadas da potencia de afirmar, as forças ativas nada podem por seu lado, exceto se tornar reativas por sua vez ou voltar contra si mesmas” (DELEUZE, 2018, p. 215).

Falta-nos, já dizia Zarathustra (NIETZSCHE, 2015) a capacidade de transvalorar em seu limite:

afirmar tudo aquilo que negamos, favorecer o devir inverso, aproximarmo-nos do além-do-homem. À nossa insuficiência, Nietzsche (2015) retrata com metáforas: não sabemos rir (afirmar a vida), jogar (afirmar o acaso) e dançar (afirmar o devir).

COMENTÁRIOS

Partimos da problemática das notícias falsas ou desinformação, tão vigente (e, com potencial nefasto) em nosso tempo para, com Foucault e Nietzsche, alçarmos a discussão a outro nível de abstração.

As notícias falsas, “iscas de clique”, popularizam-se, dentre outros fatores, pela facilidade de disseminação de que gozam (DIMÁZIO; VALENTE, 2018), favorecido pela amplitude do acesso à internet e pelo nível de entretenimento propiciado por elas. Buscamos chamar atenção, entretanto, às facetas perversa da dita inclusão digital, como o capitalismo de vigilância, a disseminação de desinformação e o favorecimento e intensificação das bolhas ideológicas, uma vez que o contato entre iguais é favorecido e desejável. Atualmente, a disseminação de notícias falsas é compreendida como crime, reduzida à instância jurídica, muito embora as jurisdições ainda deixem a desejar dado ineditismo do fenômeno.

Tratamos, também, da verdade como fenômeno moral. Somos eminentemente reativos, conservadores e, ainda que disponhamos de devires-ativos, fracassamos porque o nosso objetivo é conservar o rebanho. Ao desejarmos a verdade, sente-se o cheiro de gregaridade; ao retratarmos-nos diante de uma desinformação, fazemos, antes, pela moral, porque a valorização moral é condição elementar para a obtenção do poder. Por outro lado, cumpre destacar que os interesses dos beneficiários da desinformação conjuram um complexo com dominante ideológico reacionário, nacionalista e neo-fascista, com consequências nefastas àqueles que prezam por uma sociedade mais progressista, libertária e igualitária.

REFERÊNCIAS

DUROZÓI, G; ROUSSEL, A. **Dicionário de filosofia**. Campinas, SP: Papirus, 1993.
DELMAZO, C.; VALENTE, J. Fake News nas redes sociais online: propagação e reações a desinformação em busca de cliques. In: **Media & Jornalismo**, Imprensa da Universidade de Coimbra, n. 32., vol.18, n.1, 2018.
DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

_____. **Foucault**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. MACHADO, R. (org.). 4ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. MACHADO, R. (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Gen Forense, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

NIETZSCHE, F. **O anticristo e ditirambos de Dionísio**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

_____. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: LPM, 2017a.

_____. **Ecce Homo**. São Paulo: LPM, 2017b.

_____. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

_____. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

_____. **Vontade de Potência: ensaio de uma transmutação de todos os valores**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.

[1] Filiamo-nos à posição de Roger Chartier (2008) para quem a autoria é uma invenção do século XVI destinada à punição ou bonificação daquele que disse. A posição bakhtiniana corrobora essa perspectiva tratar das propriedades dialógicas do discurso. De nossa parte, menos interessa quem disse do que quem quis dizer, sendo o “compartilhador”, no caso das plataformas, um filiado àquilo que se disse.

[2] Ainda que a indicação de comentadores transcenda os limites desse trabalho, recomendamos aos leitores iniciantes *Nietzsche*(GIACÓIA Jr., 2008). Aos leitores já iniciados, indicamos *Nietzsche e a filosofia* (DELEUZE, 2013).



O Conhecimento
é o horizonte
de eventos.

ISSN: 2966-0599

contato@ouniversoobservavel.com.br

www.ouniversoobservavel.com.br

Periódico Científico Indexado